



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 556593 - RS (2020/0002969-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ALICE LAURIANE PIRES FERREIRA
ADVOGADO : ALICE LAURIANE PIRES FERREIRA - RS045414
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : R P L (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de R. P. L. em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (RSE n. 70072491004).

O paciente foi denunciado por suposta prática dos delitos previstos nos arts. 217-A, caput, c/c o art. 226, II, e 344, todos do Código Penal. Requerida a sua prisão preventiva pelo órgão acusatório, o Juízo processante indeferiu o pedido.

Irresignada, o Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito que foi provido pelo Tribunal *a quo* para decretar a prisão preventiva do paciente.

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, não estarem presentes os requisitos autorizadores da medida constritiva cautelar previstos no art. 312 do CPP, ressaltando que não fugiu do distrito da culpa e que a sua ex-mulher (mãe da vítima) sempre soube do seu paradeiro. Assevera, ainda, que, até o presente momento, não foi realizada a audiência de custódia;

Sustenta que, no exame físico da vítima, não houve constatação do estupro.

Sublinha que o paciente é primário, possui residência fixa e constituiu nova família.

Diante disso, requer a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a aplicação das medidas cautelares necessárias.

Indeferida a liminar, (e-STJ fls. 265/266) e prestadas as informações (e-STJ fls. 269/291), o Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem (e-STJ fls. 296/301).

É o relatório. **Decido.**

Consoante informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que, em 17/3/2020, foi concedida a liberdade provisória ao paciente, com a expedição do respectivo alvará de soltura.

Assim, fica sem objeto o pedido contido na inicial, em que a defesa se insurgia contra a custódia cautelar do paciente.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do STJ,

julgo **prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca

Relator